

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.380.229 - GO  
(2018/0266929-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : LUIZ FERNANDO PORTO SILVA  
**ADVOGADOS** : MARCELO DE OLIVEIRA MATIAS - GO016716  
HUGO LELIS PEREIRA - GO035577  
**AGRAVADO** : ESTADO DE GOIÁS  
**PROCURADOR** : CLAUDIA REGINA CESSER PEREIRA E OUTRO(S) -  
GO019592

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGADA IMPENHORABILIDADE DE IMÓVEL. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.

1. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).
2. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator